



VOL. 6 | N. 11 | JAN/JUN DE 2020 | ISSN 2359-4489

DIÁLOGOS TRANSATLÂNTICOS: RELAÇÕES E DINÂMICAS ENTRE PORTUGAL, ÁFRICA E AMÉRICA (SÉCULOS XVII - XIX)



FACES DE CLIO

O Império do Ocidente

Portugal e o Atlântico-Sul nas “Instruções Políticas” de D. Luís da Cunha
Fabricio Lamothe Vargas¹

Resumo: Este artigo possui como principal objetivo analisar e contextualizar a obra do diplomata português D. Luís da Cunha, “Instruções Políticas a Marco Antônio de Azevedo”. Para que assim seja possível, teremos de primeiramente observar e compreender os cenários políticos de Portugal e da Europa no final do século XVII e em inícios do século XVIII. Em segundo lugar, nos vale ter em mente que os escritos de indivíduo como D. Luís da Cunha nos ofereceriam um nítido panorama da difícil situação de Portugal frente aos problemas enfrentados naquele tempo, assim como demonstram tentativas de encaminhar propostas para que se superasse tais entraves. Em terceiro e último lugar, nos vale ressaltar e analisar uma das principais e mais curiosas soluções inferidas pelo diplomata em seus escritos: a mudança da corte para a cidade do Rio de Janeiro e a tomada do título de imperador do Ocidente pelo rei D. João V.

Palavras-chave: Império português, Atlântico-Sul, Dom Luís da Cunha.

The Western Empire

Portugal and the Atlantic South in the “Political Instructions” of D. Luís da Cunha

Abstract: This article aims to analyze and contextualize the work of the portuguese diplomat D. Luís da Cunha, “Instruções Políticas a Marco Antônio de Azevedo”. To make this possible, we must first observe and understand the political scenario of Portugal and Europe in the late 17th and early 18th centuries. Secondly, it is worth keeping in mind that the writings of individuals like D. Luís da Cunha would give us a clear picture of Portugal's difficult situation in the face of the problems of that the time, as well as attempts to forward proposals to overcome such obstacles. Third and last, it is worth highlighting and analyzing one of the main and most curious solutions inferred by the diplomat in his writings: the change of court to the city of Rio de Janeiro and the taking of the title of emperor of the West by King D. João V.

Keywords: Portuguese Empire, South Atlantic, Dom Luís da Cunha.

¹ Licenciado e Bacharelado em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestrando em História Moderna e dos Descobrimientos pela Universidade NOVA de Lisboa. Contato: fabricio_lamothev@outlook.com

Dom João V e o contexto europeu

No dia 1 de janeiro de 1707 era aclamado, no Paço da Ribeira, o rei dom João V de Portugal. Seria um dia de suma importância para o Portugal ainda recentemente restaurado, superando-se, assim, os momentos de crise sucessória que marcaram os dois reinados anteriores. Finalmente consolidava-se a dinastia de Bragança em um reino liberto do domínio dos Felipes². A tensão existente entre os reinos ibéricos não era de longe algo novo. Tratando-se de dois impérios coloniais em constante expansão e com fronteiras em comum em praticamente todas as partes do globo, seria natural que seus interesses e objetivos eventualmente entrassem em choque em vários âmbitos: político, comercial, institucional, estratégico, dinástico e assim por diante. Tais colisões, por vezes, sobrepassavam as esferas diplomáticas, acabando por se concretizarem em conflitos armados. Isto seria também reflexo de uma Europa marcada por um complexo e extenso jogo de alianças durante toda a modernidade, quadro este que as coroas ibéricas não poderiam deixar de fazer parte. Juan Marchena Fernandez afirma que, nestes casos de ultimato, as coroas imporiam a guerra com a chamada “última razão de autoridade”, sendo tais períodos também marcados com prolongadas e fortes crises de Estado³.

De acordo com Ricardo de Oliveira, se no plano interno português a situação encontrava-se estável devido às políticas de dom Pedro II, por outro lado, a conjuntura continental mostrava-se desafiadora para um país que lutava há mais de meio século para reaver a sua autonomia. Este cenário instável e de perigos iminentes e constantes acabaria por mover Portugal em direção do manto protetor da Inglaterra. Tal proximidade teria se consolidado, primeiramente, com o casamento da filha de dom João IV e dona Luísa de Gusmão, Catarina de Bragança, irmã de Afonso VI e Pedro II, com Carlos II, da Inglaterra, em 1662. Portugal ter-se-ia tornado um reino de importância periférica, esforçando-se para manter e gerir uma posição neutra diante dos diversos partidos que fervilhavam pela Europa. Tal feito, contudo, teria sido impraticável ao longo dos tempos. A crescente proximidade com a Inglaterra minaria qualquer tentativa de neutralidade portuguesa. Ainda para Oliveira,

² OLIVEIRA, Ricardo de. As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII. Universidade Federal de Minas Gerais: Varia Historia, vol. 26, núm. 43, junho, 2010. 113 p.

³ FERNANDEZ, Juan Marchena. “De Espanha, nem bom vento nem bom casamento”. La guerra como determinante de las difíciles relaciones entre las dos Coronas Ibéricas en la Península y en América. 1640-1808. Lisboa: Anais de História de Além-Mar, Vol. X, 2009. 29-30 pp.

trabalhos e escritos como os de Dom Luís da Cunha – um deles analisado pelo presente artigo – nos forneceriam um nítido panorama da desafiadora situação que Portugal enfrentava, além de tentarem buscar alternativas e soluções para os mais difíceis obstáculos⁴.

Durante quase duzentos anos, a Península Ibérica seria marcada pela guerra como nunca antes. Isso ocorreu, pois, a partir de 1640 com a Restauração e pela primeira vez em séculos, a guerra conseguiria alcançar o interior do reino castelhano. Seria um dos maiores desafios bélicos e políticos enfrentados pela monarquia espanhola por suas repercussões nos mais diversos âmbitos. De acordo com Fernandez, centenas de fortalezas, castelos, muralhas e baluartes seriam levantados pelos portugueses durante os anos da guerra. Em contraponto, no lado espanhol, as cidades e habitações apenas reservavam pequenas defesas, resquícios da medievalidade senhorial. Para tal autor, isto indicaria quem estava a guardar-se de quem e que grau de alerta e atenção se mantinha permanentemente por parte dos portugueses frente a uma sempre iminente invasão espanhola⁵.

Não somente no reino ocorreriam mudanças resultantes da Restauração, a própria configuração do chamado império colonial português teria sido alterada de forma notável. Para Oliveira, o Portugal como se conhecia em meados do século XVI já não mais existia. O fausto das campanhas norte-africanas tinha ficado no passado, entretanto, a catástrofe de Alcácer-Quibir e a sequente crise dinástica eram temores constantemente presentes no imaginário português pós-Restauração⁶. A independência da monarquia portuguesa, como sabemos, teria sido alcançada somente após um largo conflito bélico durante quase trinta anos. Desde 1640 até 1668, enquanto Felipe IV de Espanha não reconhecia Dom João IV e a independência do reino lusitano, seria travado um conflito marcado por sangrentas batalhas, cercos, assaltos, movimentos populacionais e um elevado gasto militar para a manutenção das fronteiras tanto europeias quanto americanas⁷.

Segundo Oliveira, ainda no que consta às mudanças sofridas pelo império português, outro ponto digno de se notar é a gradativa mudança da fonte de riqueza da monarquia antes creditada à carreira da Índia. No decorrer do século XVII, de forma efetiva, passar-se-ia de uma postura de conquista e espoliação para uma palpável ação colonizadora. Seria neste sentido que se faria a composição do complexo negreiro-açucareiro no atlântico-sul, ligando

⁴ OLIVEIRA, Ricardo de. Op. Cit. 114 p.

⁵ FERNANDEZ, Juan Marchena. Op. Cit. 32-33 pp.

⁶ OLIVEIRA, Ricardo de. Op. Cit. 124 p.

⁷ FERNANDEZ, Juan Marchena. Op. Cit. 35 p.

as duas margens do oceano, África e Brasil, concretizando a coordenação das engrenagens do sistema colonial, garantido riquezas e o sustento da coroa. Em finais do século XVII, o foco do interesse imperial português seria deslocado, de forma gradual, para o ocidente, abandonando a “talassocracia” dos postos comerciais do Índico⁸.

Apesar de tudo isto, as monarquias ibéricas e, em especial, Portugal, teria suas fragilidades expostas especialmente na conjuntura da Guerra de Sucessão Espanhola. A aparição de potências emergentes tais como Holanda, França e Inglaterra modificaria de forma notável a lógica da concorrência mercantilista, transformando os países da antiga vanguarda na expansão marítima e comercial em estados e/ou zonas semiperiféricas. Além do perigo sempre iminente de seu vizinho ibérico, Portugal teria o desafio de garantir o império e, fundamentalmente, o complexo atlântico diante dessas novas potências assinaladas. Ainda para Oliveira, esta nova realidade se evidenciaria com o fluxo constante de riquezas provenientes da recente mineração dos sertões brasileiros, cujas jazidas teriam sido descobertas entre a última década do século XVII e no princípio da segunda década do século XVIII. Tais descobertas trariam a Coroa a necessidade de reformular sua orientação política de forma extensa, tendo em vista o robustecimento de seus laços para com a colônia e também de redefini-la do ponto de vista político e territorial. O reinado de dom João V teria sido, assim, marcado pelo empenho de realizar estas laboriosas tarefas. Antes disso, ainda no reinado de dom João IV, o Brasil seria chamado de a “vaca de leite” de Portugal, pois, sabia-se que a manutenção do território brasileiro significaria também manter o reino independente, o que seria corroborado por diversas personalidades do período tais como o padre Vieira com relação principalmente ao Maranhão e, mais tardiamente e de maior importância para nós, dom Luís da Cunha⁹.

A política de fortalecimento do poder real em Portugal não era algo inédito para o século XVIII e o reinado de dom João V. Faria parte, na verdade, de um complexo trajeto, repleto de inconstâncias, agitações e inúmeras vicissitudes. Apesar disso, teria realmente alcançado um outro plano e tido fatores decisivos para avançar a partir da segunda metade do século XVII. O governo de d. João V limitar-se-ia a continuar tal trajeto, acentuando-o e alterando-o conforme as conjunturas ditavam e permitiam. Para Luís Ferrand de Almeida, uma destas circunstâncias seria a chegada de volumosas quantidades do ouro do Brasil e a

⁸ OLIVEIRA, Ricardo de. Op. Cit. 125 p.

⁹ Idem. 126-128 pp.

facilidade que tais riquezas deram à Coroa em realizar seus quereres nos planos financeiro e político. Para o autor, o “absolutismo” do reinado de d. João V teria sido, principalmente, de caráter prático e sem grandes preocupações no que se refere à criação de uma doutrina que lhe servisse de fundamento e justificação, ao contrário do que viria a ocorrer durante a época pombalina com seu sucessor. Seu governo não o afastaria de seus súditos, tendo, sim, um caráter quase paternalista, seguindo desta forma também antigas tradições da monarquia portuguesa. O rei seria igualmente amado e temido pelo povo, mas punha em foco sua firmeza, principalmente para com a primeira nobreza, mantendo, assim, a subordinação dos estados. Destarte, o governo joanino teria conseguido submeter e disciplinar os setores nobiliárquicos mais turbulentos, buscando também valorizá-los e utilizá-los no serviço do reino com a concessão de tenças e cargos na metrópole e no ultramar. Tais circunstâncias também levariam a uma maior dependência da nobreza, sobretudo a de corte, ao mesmo tempo em que se fortalecia o poder real¹⁰.

Apesar do que foi referido por Almeida acerca da dita falta de fundamento e justificativa do poder da Coroa no Portugal joanino, daí não se poderia inferir, contudo, a falta de um imaginário e de discursos religiosos e temporais ao redor da figura real. Os discursos da Idade Moderna, sempre de caráter fortemente imagético, estariam presentes e rodeariam a figura do monarca português. Um grande exemplo disto fora a questão do Quinto Império que marcaria o reinado de diversos monarcas e também o de d. João V. Baseados nos sonhos dos Cinco Reinos do Livro de Daniel – um dos livros do Antigo Testamento bíblico – os tratados acerca do chamado Quinto Império caracterizariam diversas disputas políticas e ideológicas durante a União Ibérica e, ainda mais fortemente no cenário português, após a Restauração. Tais tratados dialogavam com uma tradição interpretativa do livro de Daniel a partir do qual se construía planos futuros para reinos, nações e igrejas. Ao longo do século XVII, seriam formuladas em Portugal respostas com objetivo de produzir uma interpretação dos sonhos de forma que também contemplassem o suposto destino da monarquia lusitana profetizado desde sua fundação nos Campos de Ourique¹¹.

¹⁰ ALMEIDA, Luís Ferrand de. Páginas dispersas: estudos de história moderna de Portugal. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995. 183-189 pp.

¹¹ LIMA, Luís Filipe Silvério. Entre o Quinto Império e a Monarquia Universal: concepções proféticas de poder para o Reino e para o Ultramar in L. M. Souza; J. F. Furtado; M. F. Bicalho (orgs.). O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009. 540-541 pp.

A hipótese de maior crédito seria a de um Império que compreenderia a proposição de Portugal como potência cristã e ultramarina. Tal concepção permaneceria no campo do imaginário popular e intelectual, com idas e vindas, sendo assumida a denominação de Quinto Império por intelectuais e letrados portugueses que utilizar-se-iam da ideia para entender e projetar os futuros caminhos de seu reino. Um destes escritores seria o padre Vieira que, em seus apontamentos, tentava desvendar os motivos e fundamentar Portugal como a nação escolhida para liderar o “último Reino e Império de Cristo”. No sonho de Nabucodonosor, descrito e interpretado por Daniel, uma pedra cairia sobre a terra e cresceria sobre ela, ocupando-a inteiramente. Para Vieira, este seria um dos indícios do governo profetizado ser terreno e não celeste. Ademais, reafirmava e justificava sua expansão e domínio sobre todos os reinos, convertidos ao cristianismo. Seria, assim, um império do Mundo e não só de título, mas de “domínio e sujeição verdadeira” de todo o orbe. A pedra representaria não só o Império como também o Monarca. Este seria o senhor do mundo, o príncipe, o rei que imperava sobre todos os outros. Isto tudo seria entendido na concepção romana do *imperium*, isto é, poderio militar e capital sobre os subordinados, a dita soberania. Com este poder, o senhor de toda a cristandade levaria a cabo a sua empresa de derrotar os gentios e hereges e a função de impor sua monarquia universal. O ocorrido em Ourique seria, de fato, uma dupla fundação: a da monarquia emergente, estabelecida naquele mesmo momento pela ascensão do rei; e a do Império que estava prometido aos seus descendentes, anunciado desde então. A centralização da América e das conquistas ultramarinas nos projetos do Quinto Império se unia à eleição dos Bragança, como príncipes do último e terminante reino. Para Luís Filipe Lima, talvez mais do que somente unir, a percepção da América como vital para o império marítimo teria colaborado para ajeitar o discurso “realista” sobre o destino de Portugal como o centro do mundo cristão¹² – o que viria a ser corroborado com os escritos de Dom Luís da Cunha como analisado a seguir.

Dom Luís da Cunha: vida e obra

Dom Luís da Cunha nasceu em 25 de Janeiro de 1662, em Lisboa. Teria passado os primeiros anos de sua infância na freguesia de Santa Catarina, onde os Senhores de Tábua,

¹² LIMA, Luís Filipe Silvério. Op. Cit. 544-555 pp.

como outros nobres, tinham construído suas moradias a partir do século XVI. Era filho de Antônio Álvares da Cunha, senhor de Tábua e da vila de Ouguela e também um dos conjurados na Restauração em 1640. Quando completou 16 anos de idade, Dom Luís matricular-se-ia em Coimbra, dando início ao curso em “Cânones” em 1679, graduando-se como bacharel em 1684 e licenciando-se no ano seguinte. Tinha então 23 anos¹³. Apesar de se tratar de uma importante família da aristocracia portuguesa, seria somente mais tardiamente titulada na pessoa do sobrinho de Dom Luís, o conde da Cunha, que também seria vice-rei do Brasil. A família Cunha exerceu cargos palatinos, chegando D. Antônio Álvares da Cunha a ser guarda-mor da Torre do Tombo e membro da Academia dos Generosos. Seria ele também o primeiro português a pertencer a *Royal Society* de Londres¹⁴.

Neste ambiente da corte e de fidalgos intelectuais que se criaria D. Luís da Cunha. Fora magistrado na Relação do Porto a partir de 1685, sendo transferido para Lisboa no ano seguinte¹⁵. O estatuto de filho segundo da nobreza obrigou-o ao exercício administrativo, pois os bens familiares não lhe permitiriam viver sem estar ao serviço do rei. Depois de seus cargos como desembargador, D. Luís da Cunha transitaria para a Casa de Suplicação em 1688. É importante ter em mente que as funções para as quais D. Luís da Cunha fora nomeado pertenciam ao topo da carreira, não sendo ele obrigado a passar pelos diversos níveis da magistratura. No entanto, de acordo com Isabel Cluny, na época, os lugares de desembargadores na Casa da Suplicação e no Desembargo do Paço não eram exercidos por membros da aristocracia titular, mas sim por gente sem “qualidade”. Isto poderia ser um indício do começo de um reconhecimento dos méritos próprios de Dom Luís da Cunha e não apenas da “qualidade” de seu sangue. Uma vez integrado na administração central, contudo, o magistrado passaria a entender que este lugar apesar de ser repleto de privilégios e de poderes, não o interessaria o suficiente dada a natureza burocrática dos cargos. Ainda para Cluny, talvez tenha sido este o motivo de seu afastamento de uma carreira ligada à administração em Portugal. Em 1695 fora-lhe atribuída uma tença anual pelos serviços prestados nas Relações e pela tomada do hábito da Ordem de Cristo¹⁶.

¹³ CLUNY, Isabel. D. Luís da Cunha e a. Ideia de Diplomacia em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. 31 p.

¹⁴ MAGALHÃES, Joaquim Romero. O projecto de D. Luís da Cunha para o império português. Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. 655 p.

¹⁵ Idem. 655-656 pp.

¹⁶ CLUNY, Isabel. Op. Cit. 32-33 pp.

Neste mesmo ano, fora enviado extraordinário de D. Pedro II na corte de Londres. Em 1710, ainda afastado de Portugal, era nomeado Desembargador do Paço, recebendo todas as regalias inerentes ao cargo, apesar de nunca o exercer por estar ausente do reino. Seria também nomeado, em 1723, por ordem direta do rei, como acadêmico da Academia Real de História de Portugal, mesmo estando fora da corte de Lisboa¹⁷. Quando foi recebido pelo rei britânico em 1697, obtendo os primeiros contatos com a corte inglesa, Dom Luís da Cunha constataria, aos 35 anos de idade, e com quase 12 anos de experiência profissional, que sua formação de magistrado pouco lhe servia para o exercício da carreira diplomática. Em contato com outros diplomatas europeus, ele compreendeu logo que o exercício da diplomacia não se poderia fazer sem um preparo teórico¹⁸. Integrado aos grandes meios internacionais, ver-se-ia implicado como plenipotenciário na negociação dos Tratados de Utrecht e andaria por perto das grandes questões em que Portugal envolver-se-ia nos anos seguintes. Como grande parte dos representantes do rei de Portugal no estrangeiro, fizera sua formação mesmo em serviço. Ao observar diretamente o funcionamento das relações entre potências e os interesses em jogo que regeriam e a diplomacia, e neste novo cenário de nações dos inícios do século XVIII, soube adquirir uma posição de relevo nas cortes onde serviu e também de respeito em Lisboa¹⁹. Em 1698 seria enviado extraordinário em Paris até maio de 1704, quando abandonou a França pelo alinhamento Português ao lado da Inglaterra na guerra de Sucessão de Espanha. A estadia nos reinos francês e inglês permitiu-lhe observar os costumes da corte e analisar as normas do cerimonial dos diversos embaixadores e cortesãos, retirando da prática e da observação os ensinamentos para o futuro da diplomacia portuguesa. De acordo com Isabel Cluny, os próprios escritos de Dom Luís da Cunha nos permitiriam afirmar que o contato mantido com o embaixador Robert Southwell e com Lord Sunderland foram fundamentais para entender os princípios da teoria e da prática diplomática, bem como das relações internacionais. Além disso, suas leituras e estudos também influenciariam a concepção de diplomacia adotada pelo nobre português²⁰.

Em seus escritos, invocava a autoridade de pensadores como Amelot de La Houssaye e de Hugo Grocio em suas obras sobre reflexão política e os fundamentos da soberania. É

¹⁷ Carta de Dom Luís da Cunha. Coleção dos documentos estatutos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza – Tomo 3 (1723), Universidad Complutense de Madrid. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/009305114>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

¹⁸ CLUNY, Isabel. Op. Cit. 33-34 pp.

¹⁹ MAGALHÃES, Joaquim Romero. Op. Cit. 655-656 pp.

²⁰ CLUNY, Isabel. Op. Cit. 36-40 pp.

necessário ressaltar que La Houssaye teria sido tradutor de obras como O Príncipe, de Maquiavel, Anais, de Tácito, *L'Homme de Cour* de Baltasar Gracian, entre outros. Entrando em constante contato com obras de novos juristas europeus, Cunha pôde aproximar-se de escritos antes banidos ou considerados “imorais” como os de Maquiavel, Bodin e Hobbes. Dom Luís iria além da leitura, divulgando obras desses autores de teoria política os quais considerava de suma importância. Maquiavel, em especial, fora um dos autores citados em diversos momentos de sua vida e obra. Defensor da laicidade do Estado e da autonomia do político frente à moral, o filósofo florentino propunha soluções práticas que o iriam identificar, mais tarde, como um defensor do absolutismo arbitrário, bem como o introdutor da “razão de Estado” como fundamentação da ação política. O maquiavelismo seria caracterizado, assim, como uma prática política desprovida de valores morais e de igual maneira as teorias propostas por Bodin que entendia o “direito natural” como uma “necessidade política”, defendendo a sua indivisibilidade e seu “caráter absoluto” contribuindo, em certa medida, para a teorização da monarquia absoluta. Apesar disso, Bodin nunca teria confiado em uma noção de soberania ilimitada, mas teria, sim, a entendido como sempre subordinada ao “Direito das Gentes”. Ao aproximar-se da linha de pensamento maquiavelista acerca do poder, Dom Luís da Cunha afastar-se-ia do tradicionalismo ibérico que entendia não existir a dicotomia entre a moral e a política, recusando completamente o conceito “profano” de Estado²¹. O diplomata português era, assim, um homem das chamadas

Luzes. Fora considerado pelos portugueses como um “estrangeirado”. Grande parte dos homens assim chamados passavam praticamente toda a sua vida transitando entre as cortes da Europa do Antigo Regime exercendo o ofício da diplomacia, o que lhes possibilitaria mobilidade e o exercício mais pleno do “livre pensar”. Foram também reconhecidamente indivíduos cosmopolitas, circulando pelos mais altos círculos europeus e tecendo contatos com o que havia de mais atual no pensamento e nas ciências de sua época. D. Luís da Cunha exercera sua atividade intelectual inerentemente à sua prática política e diplomática, sendo sua gigantesca correspondência trocada com o monarca, ministros e outros diplomatas, fonte fundamental para o entendimento das formas de atuação da política externa portuguesa em uma época tão delicada²².

²¹ CLUNY, Isabel. Op. Cit. 43-51 pp.

²² OLIVEIRA, Ricardo de. Política, Diplomacia e o Império colonial português na primeira metade do século XVIII. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36, 2002. 261-265 pp.

Esta pequena jornada biográfica, certamente repleta de lacunas, dar-nos-ia, no entanto, uma ideia da experiência diplomática e mundana acumulada pelo nobre português. Seria possível também perceber o ambiente em que desenvolveu uma noção de mundo não só de estudos teóricos, mas de vivências cotidianas em que as questões políticas e econômicas tinham um papel central. Seriam lançadas, desta forma, as bases para seu pensamento pragmático. D. Luís, não fora, entretanto, um publicista ou um polemista de suas causas, mas sim, um homem de gabinete, um político e um diplomata envolto nas redes de poder de seu tempo. Sua estratégia teria sido a de debater e convencer alguns poucos eleitos, de um grupo bastante restrito, homens de poder e formadores de opinião, capazes de realmente interferir nos rumos da administração central, ainda que seus escritos, por vezes, tenham atingido um público mais amplo²³.

Entretanto, d. Luís não se limitou a estes estudos políticos e diplomáticos. Caracterizado como dotado de grande inteligência e curiosidade, Cunha estaria interessado em um Portugal que se projetava para o futuro, estudando e propondo manobras que enveredassem o reino em direção à mudança. É neste sentido que o veríamos empenhado em ordenar mapas atualizados dos domínios ultramarinos portugueses, encomendando-os a cartógrafos franceses. Para Joaquim Magalhães, isto indicaria que o diplomata já possuiria a noção de que o domínio das realidades geográficas e a defesa e conservação do império português estariam intrinsecamente conectados. Teria especial atenção para dois componentes principais: o Brasil e a África, continentes que via articulados. O papel econômico e político do Brasil no conjunto de domínios das conquistas portuguesas cedo começaria a ser pensado pela elite reinol. Primeiro, ocorreria com o crescimento da produção e do comércio do açúcar, no fim do século XVI. Depois com a luta contra os invasores Holandeses, em meados do século XVII. Mais tarde, com a descoberta do ouro nos fins do mesmo século²⁴.

Em 1736, Dom Luís da Cunha achava-se em Londres com a missão de negociar um possível auxílio da Inglaterra caso Portugal fosse invadido por forças espanholas. No mesmo período, seu discípulo, Marco Antônio de Azevedo Coutinho, estava em vias de assumir a Secretaria de Negócios Estrangeiros. A pedido deste e receoso de sua falta de preparo perante os desafios de sua nova função, Cunha escreveria uma resposta aos diversos apelos do

²³ SALVINO, Romulo Valle. D. Luís da Cunha e os correios portugueses: uma leitura de passagens das Instruções políticas e do Testamento político. PPGHS/UnB: Em tempo de Histórias. N 29. Ago-Dez. 2016. 63-64 pp.

²⁴ MAGALHÃES, Joaquim Romero. Op. Cit. 657 p.

aprendiz que lhe solicitava conselhos. Estas seriam as denominadas “Instruções Políticas” que, no entanto, jamais seriam enviadas ao seu destinatário original, mas sim ao sobrinho do autor e também seu homônimo, Dom Luís da Cunha Manuel. Esta alteração de destinatário da carta teria ocorrido em função de o próprio diplomata ter percebido as suas ideias como perigosas ou de difícil implementação, motivo pelo qual resolveria deixá-las em um círculo mais restrito de leitores. Indo na direção contrária dos diversos tratados produzidos em Portugal durante os séculos XVII e XVIII, o texto de Cunha não se concentrava majoritariamente em recomendações de caráter geral ou dependia de exemplos retirados da mitologia, da Bíblia ou de história de outras terras. Enfrentava questões contemporâneas referentes ao reino português, não deixando de denunciar as mazelas e fraquezas deste. Ecoando o pensamento de Botero, o autor discutiria a relação entre o príncipe e o estado, aqui entendido como “domínio” e não como uma entidade separada da sociedade civil. A razão de estado seria justamente aquela que apontaria o apropriado para a preservação e fomento do domínio régio, tendo como destino final a busca do bem comum. As “Instruções” começariam indicando o que o autor considerava como o modelo exemplar de um governante e prosseguia explanando acerca do suposto risco da perda de independência de Portugal. Apoiava-se nisto para alertar da importância de mudanças necessárias para a superação das desvantagens estratégicas do país²⁵.

A principal premissa deste seu escrito e de todo o seu plano era o desequilíbrio estrutural entre Portugal e Espanha. Tal desequilíbrio seria fruto da superioridade do vizinho em termos de extensão geográfica, demografia, forças militares e riquezas nacionais e coloniais. Até o tratado de Utrecht (1715), o desequilíbrio teria sido remediado pela rivalidade entre França e Espanha, mas esta defesa cessaria a partir do momento em que os Bourbon haviam conquistado seu lugar no trono de Madrid, aumentando assim a frequente insegurança portuguesa. Visando sanar este problema, D. Luís da Cunha lançaria seu olhar na direção do ultramar. Até o dado momento, o problema apresentar-se-ia como Portugal, enfraquecido na Europa, poderia preservar suas colônias da aspiração de outras potências. Agora, o quadro invertia-se: tratava-se de instrumentalizar as colônias para poder reforçar a posição europeia de Portugal. Desta forma, a proteção da América portuguesa podia se beneficiar do próprio equilíbrio de poder europeu, pois sua conquista por forças estrangeiras subverteria tal

²⁵ SALVINO, Romulo Valle. Op. Cit. 64-66 pp.

equilíbrio, tornando-se assim inadmissível. Para d. Luís da Cunha, o Brasil seria a tábua de salvação para o reino português. Inspirando-se no conselho que seu bisavô teria dado em 1580 ao prior do Crato, a quem tentara em vão persuadir a embarcar para a América a fim de fugir da cobiça e do poderio espanhol, Cunha viria a cultivar ele mesmo uma visão parecida²⁶.

Nas “Instruções Políticas”, d. Luís da Cunha sugeria ao rei que fosse para o Brasil e que o visse florescido e bem povoado e que então tomasse o título de “imperador do Ocidente”. O monarca seria seguido por sua corte, todos aqueles que quisessem lhe acompanhar, que não seriam poucos, além dos estrangeiros. Para Cunha, o clima era agradável e muito parecido com o de Portugal. No solo, cresceriam todos os frutos da Europa, Ásia e África. O sal estava em Pernambuco, os nativos viviam da “farinha de pau” e qualquer outro obstáculo poderia ser ultrapassado pelo empenho e pela labuta humana. Dizia que Portugal precisava das riquezas brasileiras para se manter e o deslocamento da corte para a fonte seria uma das melhores maneiras realizar a sua proteção. A mão-de-obra não era abundante, mas era passível de ser suprida pela emigração. O comércio africano e asiático também se beneficiaria da nova proposta de organização do espaço político-econômico. Cunha manifestava, assim, uma visão harmônica e global do império português no qual se articulavam os diversos continentes em uma só “república universal”. O Brasil seria o centro articulador, longe da ambição de Espanha com um Rio de Janeiro reestruturado e recentrado, integrando Portugal, África e Ásia de forma orgânica²⁷. O autor levantava também a questão da autarcia, ou seja, a oportunidade de suprir todas as necessidades de produção e consumo que a América portuguesa poderia proporcionar ao império com seu clima ameno e solo fértil que facilmente seria trabalhado e aproveitado por mãos bem treinadas e bem direcionadas. Isto sem falar das riquezas em metais e pedras preciosas que afluíam constantemente. Desta forma, o Brasil transformar-se-ia, na visão de Cunha, no “entrepósito de todas as mercadorias das outras três partes do mundo”. Ainda de acordo com d. Luís, Portugal seria governado por um vice-rei o que poderia deixá-lo desprotegido de Madrid e da nobreza que não concordasse em embarcar com o rei. Contudo, o diplomata afirmava que haveria uma garantia internacional da independência portuguesa, visto que a Europa não possuía interesse no incremento do poderio espanhol. As potências europeias teriam também interesse em gozar

²⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. Um imenso Portugal: História e Historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002. 35-40 pp.

²⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero. Op. Cit. 657-658 pp.

do acesso à abundância e aos recursos dos portos brasileiros. Além disso, a probabilidade de retaliação contra a América espanhola que se poderia organizar no Brasil contra o Prata o Peru e além e a fidelidade da nobreza do reino seria indispensável no êxito do novo imperador em chegar a acordo com Madrid²⁸. A centralidade do complexo atlântico sul nos escritos de d. Luís da Cunha, suas minúcias e circunstâncias serão analisadas a seguir.

O Rio de Janeiro e o Brasil como Centro

Durante a Idade Moderna, o surgimento e a manutenção da expansão ultramarina sustentariam e regeriam as dinâmicas das economias europeias e mundiais. Os reinos ibéricos seriam os primeiros e as mais relevantes entre o globo. No caso português, no entanto, o confronto da riqueza notável do ultramar com a austeridade do reino caracterizaria um modelo econômico único, tornando o império um complemento da “metrópole”. Este mecanismo corresponderia à exploração de oportunidades comerciais que visavam garantir a obtenção de maior lucro. Entretanto, de acordo com Avelino de Freitas, esta estratégia também poderia provocar grande risco pela demasiada dependência de conjunturas euro-ultramarinas sempre muito sensíveis e instáveis²⁹. Ao longo dos Seiscentos e dos Setecentos, a área geográfica controlada pela Coroa sofreria mudanças significativas. A antiga tendência de expansão territorial seria interrompida em uns casos, inter cruzado em outros por ataques de forças exteriores. Para Mafalda da Cunha e Nuno Monteiro, a aurora do século XVII seria marcada por um movimento de contração física no Oriente e no norte da África, movimento este que se mostraria inverso no Atlântico, não constituindo a ocupação holandesa senão um mero intervalo. O império português destes dois séculos incluía, assim, territórios em diversos estágios de desenvolvimento de ocupação e que precisavam, claramente, de diferentes formas de governação³⁰.

²⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. 40-42 pp.

²⁹ MENEZES, Avelino de Freitas de. A Contextura Económica. In: MENEZES, Avelino de Freitas de. (coord.) Nova História de Portugal Volume VII - Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil. Lisboa: Editorial Presença, 2001. 213 p.

³⁰ CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Optima Pars – Elite Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. 200 p.

O império português convergia, gradativamente, rumo ao Atlântico, em especial ao Brasil que receberia a alcunha de pedra fundamental do império e do próprio reino. A economia e a independência política portuguesas dependeriam, neste contexto, sobretudo, dos ritmos da evolução brasileira considerando que grande parte do rendimento da Coroa provinha da colônia americana. No território peninsular, o modelo agrícola sofreria por diversas vezes do déficit cerealífero causado por circunstâncias naturais e com os agravos da guerra, causando escassez. Em tais circunstâncias, surgiria a crença do atraso do reino em contraste ao empenho do ultramar. De início, esta exploração do além-mar revelaria o primor dos ibéricos, sendo mais tardiamente ultrapassado pelos países do norte europeu. Neste cenário, o Portugal que participava da prosperidade do século XVI na exploração das riquezas, permaneceria à margem do desenvolvimento do século XVIII quando ingleses e franceses disputariam a hegemonia. Olhares de fora, como muitos dos estrangeirados, apontariam o atraso de Portugal face à Europa que divergiria notavelmente de sua fortuna ultramarina. A crítica se tornaria mais ferrenha com a perda palatina de influência do país no contexto internacional, que se tornaria enfático no decurso dos Oitocentos. Neste sentido é que se buscou, mais do que nunca, a estatização da exploração colonial e da economia que giravam ao redor do saque e o fascínio das riquezas. Para Avelino de Freitas, tal estratégia retardaria a ocupação do Brasil que exigia povoamento, prorrogando, assim, a prioridade da carreira da Índia apesar da superioridade de sua concorrência³¹.

No contexto atlântico, diante do incumprimento dos donatários, o controle direto sobre a maior parte das capitâneas hereditárias seria tomado pela Coroa portuguesa – grande parte ainda no século XVI e outras apenas no século XVIII. No que se refere ao Brasil, dar-se-ia continuidade à reorganização administrativa provida desde 1572. Tais esforços do poder central concorriam diretamente com os interesses das forças políticas locais, gerando maior dificuldade na estabilização do cenário institucional. Disso derivaram as várias tentativas de divisão territorial e os conflitos jurisdicionais ocorridos até se impor o édito real de 1663 que sujeitou, de uma vez por todas, as capitâneas menores ao governo-geral da Bahia. Tais esforços de normalização administrativa não indicariam, entretanto, que se considerava que todos os governos ultramarinos teriam o mesmo peso político. A América portuguesa, Angola e Guiné, embora com níveis diferentes de tonicidade, evidenciariam ao longo dos séculos

³¹ MENEZES, Avelino de Freitas de. Op. Cit. 213-218 pp.

XVII e XVIII consecutivos e evidentes impulsos de alargamento de sua área de influência, além dos inerentes acréscimos de exigências infra estruturais³². Nestes mesmos séculos, desenvolver-se-ia a influência do tráfico brasileiro sobre as demais correspondências ultramarinas. Entre as produções da colônia americana que mais disputavam a posição de principal fonte de riqueza de Portugal, teria maior destaque a contribuição de metais e pedras preciosas durante a era joanina. Além disso, o açúcar e o tabaco também teriam uma considerável revalorização, em especial nas rotas procedentes do nordeste brasileiro³³.

A busca por minérios no Brasil teve início ainda nos Quinhentos, movida pelas descobertas dos vizinhos espanhóis. Por muito tempo, na verdade, parte considerável da entrada de ouro e prata de Portugal procedia de Espanha. Entretanto, nos Seiscentos, a crise euro-ultramarina acarretara no incremento da procura por novas riquezas, o que fez redobrar a iniciativa de particulares e da Coroa, culminando na descoberta do ouro das Minas. No início do século XVIII, a abundância das riquezas brasileiras passou a decorrer também da descoberta de diamantes na região de Minas Gerais, em princípio, e depois em partes da Bahia. Assim, em 1729, a análise das primeiras amostras causaria alvoroço em Lisboa, movendo um considerável incentivo na extração. Apesar da exploração de diamantes no Brasil ter ficado aquém do rendimento aurífero, Avelino de Freitas afirma que a extração equivaleria aproximadamente ao quádruplo dos acessos de pedras preciosas orientais³⁴. A concorrência dos europeus e o fortalecimento dos nativos motivariam o declínio da presença portuguesa no Oriente durante o século XVII e na primeira metade do século XVIII. Daí decorreria a perda da hegemonia de Quinhentos e, paralelamente, a transformação do trato da carreira da Índia como uma espécie de suplemento do comércio Atlântico. Na margem do relacionamento para com o reino, as colônias estabeleceriam também um comércio marítimo próprio. Nesta correlação, destacava-se novamente a proeminência do Brasil, ainda com a importância da Costa africana. A América do Sul constituiria, assim, a principal conexão das relações intracoloniais, atraindo mercadorias orientais que alcançariam consumo no mercado brasileiro e obteriam a possibilidade de redistribuição para as praças espanholas e africanas.

³² CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Op. Cit. 202-205 pp.

³³ MENEZES, Avelino de Freitas de. A Produção. In: MENEZES, Avelino de Freitas de. (coord.) Nova História de Portugal Volume VII - Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil. Lisboa: Editorial Presença, 2001. 267 p.

³⁴ Idem. 267-271 pp.

As dificuldades do Estado da Índia moveriam diversos agentes políticos e econômicos a obterem uma maior afinidade com o Brasil e o Atlântico-Sul³⁵.

No início do século XVII, Ambrósio Fernandes Brandão, senhor de engenho e escritor português, afirmava que o “Brasil é mais rico e dá mais proveito à fazenda de Sua Majestade que toda a Índia”. De acordo com Antônio de Sampaio, tal assertiva baseara-se no crescimento da produção açucareira e na exploração das demais riquezas do território americano, que significaram crescentes e notáveis rendimentos das alfândegas reais. Contraposto a esta imagem estariam os gastos crescentes que o Estado da Índia representava para a Coroa. O Brasil emergiria no contexto imperial do século XVI rivalizando com o oriente pela atenção da monarquia portuguesa. Após a criação do governo geral, a colonização passa a ganhar terreno e aumentar rapidamente a sua produção açucareira e a produção de cativos, tanto pela captura dos indígenas quanto pela aquisição de escravizados pelo tráfico atlântico. Tal expansão teria reflexo, seguramente, nas relações com a África. O tráfico de escravizados para a América crescia e, neste contexto, a fundação de Luanda em 1575 significou um genuíno enraizamento dos interesses negreiros lusos no continente, convertendo Angola na principal região fornecedora de cativos para a América. A gradual decaída da carreira da Índia também influenciou neste quadro, proveniente não só das consideráveis perdas da Coroa portuguesa na Ásia quanto pela preferência dos próprios portugueses pelo comércio interno asiático em detrimento à rota do Cabo. A viragem atlântica ou, como chamado pelo autor, a “atlantização” do império luso seria, assim, um processo de dupla face: a um crescimento da América e da África portuguesa corresponderia uma paralela crise do estado da Índia, sem que, de fato, um estivesse diretamente ligado ao outro. O mesmo século XVII que assistiria a uma rápida expansão demográfica brasileira, seria testemunha de uma estagnação do reino. Portugal apresentaria um crescimento próximo de zero por muito tempo, sofrendo com as epidemias e com as guerras com Espanha que constantemente ceifavam vidas³⁶.

O estado da Índia no século XVIII estaria reduzido a Goa, Damão, Diu, Macau e Timor. Como destacado anteriormente, sofria por inúmeros motivos e não tinha mais a

³⁵ MENEZES, Avelino de Freitas de. A Circulação. In: MENEZES, Avelino de Freitas de. (coord.) Nova História de Portugal Volume VII - Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil. Lisboa: Editorial Presença, 2001. 314 p.

³⁶ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Fluxos e Reflexos mercantis: centros, periferias e diversidade regional. In: GOUVEA, Maria de Fátima; FRAGOSO, José Ribeiro. O Brasil Colonial – Volume 2 (1580-1720). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 379-382 pp.

importância de outrora. Mesmo os privilégios da política mercantilista não seriam suficientes para lhe dar alento. Madeira e Cabo Verde muitas vezes serviam de escalas nas viagens ao Brasil, e o litoral africano como local de intenso tráfico de escravos, compra e venda de produtos agrícolas e de minerais americanos. O eixo comercial Rio de Janeiro-Angola concentraria importante volume de capitais. O Rio tornar-se-ia porto de escoamento do ouro para Europa e o local de ingresso das mercadorias que iam para as minas. Mais tardiamente, a cidade receberia impulso maior ao se tornar sede do governo colonial, desbancando Salvador, em 1763. Os motivos para tal mudança estariam fundados nas relações comerciais das capitânicas mineradoras, os conflitos com os espanhóis no Sul e a própria valorização de sua posição geográfica³⁷. Apesar disso, no século XVII, o Rio não passava de uma economia exportadora de segunda: seu açúcar era menosprezado pelos comerciantes reinóis e encontrava dificuldades em obter escravizados. Ao longo do século, este cenário sofreria mudanças radicais. O ouro e as pedras preciosas fariam com que a cidade deixasse para trás sua condição de economia plebeia para se transformar, gradativamente, no centro comercial do Atlântico-Sul. Novos tributos e o alargamento e criação de novas rotas comerciais seriam indícios de que a cidade estava abandonando a sua base agrária para se converter no ponto de convergência dos fluxos comerciais do império. A descoberta dos metais acarretaria também na chegada massiva de reinóis, açorianos e escravizados africanos. Com eles, multiplicar-se-iam as rotas ultramarinas para os portos americanos e a interiorização de circuitos comerciais. No meio desta tempestuosa rede de acontecimentos, encontrava-se a praça do Rio de Janeiro que deixaria para trás seus engenhos menosprezados para se ocupar dos afazeres transatlânticos e suas largas rotas intracoloniais. A Coroa portuguesa também não perderia tempo, procurando aumentar seu controle sobre a cidade ao diminuir a importância da Câmara – tradicional instituição do poder da nobreza local – impondo a administração real com maior peso³⁸.

De acordo com Russel-Wood, os escritos de d. Luís da Cunha refletiriam sua visão do Rio de Janeiro como uma alternativa ideal para uma melhor integração do império português, cujos elementos seriam americanos, africanos e asiáticos e com uma vasta rede comercial

³⁷ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria Jose C. de. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. 157-187 pp.

³⁸ FRAGOSO, João L. R. Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitânicas, no Setecentos. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalves; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (Orgs.). *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS/ Universidade de Lisboa, 2005. 136-148 pp.

articulada pelo suprimento e demanda, englobando o Atlântico, o Mar Arábico, o Índico e os mares da Ásia oriental. O Brasil contaria com pelo menos meia dúzia de baías com águas profundas, capazes de comportar ancoradouros seguros para as maiores frotas da época. Dois exemplos disto e, não por acaso, os dois centros administrativos da colônia seriam na Baía de Todos os Santos e, depois de 1763, na Baía de Guanabara. As carreiras em direção à África, para as ilhas e para o nordeste brasileiro eram curtas comparadas com a carreira da Índia. O Recôncavo baiano provia uma considerável e fértil área para a agricultura. Os rios e a baía garantiam fácil acesso a Salvador, tornando a cidade de suma importância no comércio triangular Europa-África-Brasil, e também como ponto de articulação de uma rede atlântica de comércio, que excluía a Europa e integrava Angola, São Tomé, Príncipe, Cabo Verde, Açores e Madeira. Durante o século XVIII, Salvador e Rio de Janeiro apresentariam uma dimensão internacional. Receberiam muitos visitantes estrangeiros fazendo escala e também a vida intelectual cresceria com a presença de estudantes que retornavam de seus cursos na Universidade de Coimbra e divulgavam ideias europeias³⁹. Para a América, assim, voltar-se-iam os olhares de estadistas e homens de letras de Portugal – tais como d. Luís da Cunha. Além das riquezas, sua vastidão territorial acalentava esperanças na grandeza do reino. Para Ricardo de Oliveira, seria correto afirmar que homens como D. Luís da Cunha, e mais tarde na conjuntura da Era Napoleônica, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e Silvestre Pinheiro Ferreira, imaginariam uma nova configuração para o Império, colocando sua cabeça na América. Tal império, diferentemente daquele projetado pelo imaginário utópico do Quinto Império bíblico seria, na verdade, terreno, racional e apartado das profecias do padre Antônio Vieira. Neste cenário, a América portuguesa emergia como a “representação de um sonho possível de se realizar do outro lado do mar-oceano”⁴⁰

A fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro dar-se-ia em meio à disputa entre franceses e portugueses – aliados a tribos indígenas rivais – pela posse da terra. Após a vitória lusa, tão logo foi estabelecida a cidade, seu recôncavo seria povoado por fazendas e engenhos. Entretanto, a capacidade articuladora da cidade iria muito além da Guanabara. Sua posição litorânea e meridional na América lhe proporcionaria, a partir do século XVII, excelentes condições para o trânsito entre as possessões espanholas do Prata e os enclaves

³⁹ RUSSEL-WOOD, Anthony John R. A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente. Séculos XVI-XIX. Topoi, Rio de Janeiro, set. 2001. 09-31 pp.

⁴⁰ OLIVEIRA, Ricardo de. Política, Diplomacia e o Império colonial português na primeira metade do século XVIII. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36, 2002. 274-275 pp.

negreiros na África, concedendo-lhe, nas palavras de Maria Fernanda Bicalho, uma dimensão “aterritorial” atlântica. Em 1676 seria criado o bispado do Rio de Janeiro com jurisdição até a desembocadura do Prata. Em 1679, seria erigido um porto fortificado na região. A criação da colônia do Sacramento seguir-se-ia em 1680, como também a criação de vilas em Santa Catarina e outras regiões meridionais da América portuguesa que se tornariam dependentes e tributárias do Rio de Janeiro. Desta forma, consolidava-se, ao longo do século XVII, a supremacia do porto fluminense no Atlântico, ganhando, cada vez mais, um importante papel como núcleo articulador de espaços diversos⁴¹. Contundente seria afirmar, assim, que ao escrever suas “Instruções Políticas”, d. Luís da Cunha teria uma clara visão das realidades portuguesa e americana:

[...] considerarei talvez visionariamente que Sua Majestade se achou em idade de ver florentíssimo e bem povoado aquele imenso continente do Brasil, se nele, tomando o título de imperador do Ocidente, quisesse estabelecer a sua corte, levando consigo todas as pessoas que de ambos os sexos o quiserem acompanhar, que não seriam poucas, com infinitos estrangeiros⁴².

O projeto idealizado por d. Luís era que o rei d. João V escolhesse como nova sede de sua corte e capital de seu império a cidade do Rio de Janeiro, que seria classificada pelo autor como o “lugar mais próprio de sua residência” e cuja opulência, em pouco tempo, sobrepassaria a da cidade de Lisboa. Ao eleger tal cidade, d. Luís expressava sua visão imperial e demonstrava a importância do Rio de Janeiro e do Brasil no contexto Atlântico-Sul. Além disso, destacava a eficácia de uma nova capital para a monarquia pluricontinental portuguesa, com fácil acesso aos portos negreiros africanos e com redes comerciais integradas ao Índico⁴³. Ao ver de Cunha, “[...] A mesma conveniência teria Sua Majestade para sustentar o Estado da Índia, e os estabelecimentos que tem na dita costa da África, animando o comércio de Moçambique, da China, da Pérsia, do golfo de Bengala, e da costa do Coromandel”⁴⁴. O dinamismo da economia escravista mercantil seria capaz de unir pelo Atlântico áreas tão distantes como o sertão de Cuiabá e Massangano – em Angola. Nesta

⁴¹ BICALHO, Maria F. O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. *URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade*, 1, 2013. 01-08 pp.

⁴² SILVA, Abílio Diniz (Ed.). D. Luís da Cunha. *Instruções Políticas* Lisboa: CNCDP, 2001. 366 pp.

⁴³ BICALHO, Maria F. A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana: da visão de D. Luís da Cunha à sede do vice-reinado (1736-1763) *História* (São Paulo), vol. 30, núm. 1, enero-junio, 2011. 05 p.

⁴⁴ BICALHO, Maria F. Op. Cit. 05 p. apud SILVA, Abílio Diniz (Ed.). D. Luís da Cunha. *Instruções Políticas* Lisboa: CNCDP, 2001. 366 p.

economia escravista, a produção social estaria voltada para o mercado com sua mão de obra sendo adquirida nos portos da Guiné, de Angola e outros da costa africana⁴⁵.

Como muitos estrangeirados de sua época, d. Luís via no reino de Portugal um atraso digno de nota em relação às possessões ultramarinas. O reino seria uma “ourela de terra” dividida em três partes: a primeira não seria bem cultivada, apesar de assim o poder ser, a segunda pertenceria às ordens eclesiásticas e a terceira não produziria nem grão o suficiente para seus moradores sem precisar importar víveres de fora. O Brasil, por outro lado, demonstraria abundância nos gêneros que produzia. Para Cunha não haveria “aplicação nem indústria” para se produzir em Portugal o que haveria no Brasil. A América portuguesa, em especial o Rio de Janeiro, seria visto pelo diplomata, assim, como um entreposto de todas as mercadorias das três partes do mundo e ali viriam buscar e trocar as nações europeias pelos metais e pedras preciosas⁴⁶.

Como citado anteriormente, d. Luís da Cunha considerava a dimensão territorial do reino de Portugal um de seus principais problemas. Castela seria muito mais vasta que Portugal e aparece aí o medo da perda da soberania portuguesa, como já havia ocorrido quando da união das coroas ibéricas de 1580 a 1640. Cunha afirmava que Espanha ainda não tinha se dado conta do tamanho reduzido de Portugal, por não o virem no mapa. Portugal aparecia, assim, como uma “orelha de terra”:

Se V.S^a lançar os olhos sobre o mapa, verá que este parece ser uma orelha de terra daquele grande continente; o que já me fazia dizer, que fora muito bom que os reis de Castela o não vissem, porque prescindindo da razão de que já nos dominaram tantos anos, era natural que cuidassem que toda a península fora feita para ser patrimônio de um só príncipe, separada pelos Pirinéus da coroa de França.⁴⁷

D. Luís da Cunha veria na falta de “gentes” também um fator para o empobrecimento e o enfraquecimento de um reino. Castela, em decorrência de sua extensão teria uma população muito maior que a de Portugal:

É verdade que a expulsão dos mouros e judeus, as guerras de Flandres e Itália, as colônias, que saíram para as Índias, os muitos conventos de ambos os sexos, e as

⁴⁵ GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso no século XVIII. In: GOUVEA, Maria de Fátima; FRAGOSO, José Ribeiro. O Brasil Colonial – Volume 3 (1720-1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 10 p.

⁴⁶ SILVA, Abílio Diniz (Ed.). D. Luís da Cunha. Instruções Políticas Lisboa: CNCDP, 2001. 366-368 pp.

⁴⁷ Idem. 214 p.

Inquisições os tem diminuído, e cada dia se diminuem; mas estas mesmas sangrias têm insensivelmente extenuado a Portugal, deixando tanto mais enriquecendo o corpo da monarquia, quanto tem menos sangue que perder⁴⁸.

Segundo d. Luís, as províncias do reino de Portugal também não produziam tantos gêneros quanto as de Castela e nem conseguiam estimular o comércio interno ou para exportação. Espanha, diferentemente do território luso, conseguiria manter-se por si só, encontrando em uma região do reino o que faltava em outra. Portugal teria certo apego dos produtos que vinham do exterior, deixando de produzir manufaturas e importando produtos, causando certa dependência para com outras potências europeias:

Sabe que as províncias de Portugal não têm, como as de Espanha, tantos gêneros, ou para os permutar com alguns dos estrangeiros, ou para necessitar deles. Escuso de referir as produções de ambos os países, por ser uma matéria que todos a sabem; basta dizer que sendo tantas as províncias de Espanha, o que em uma não cresce, nas outras se acha; ao que se ajunta que os Castelhanos só têm por bom o que elas produzem, ou o que nelas se fabrica; detestando ainda hoje verem-se obrigados a não conservarem o seu primitivo e barato modo de se vestirem; quando, pelo contrário, os portugueses, só desejam e amam tudo o que lhes vem de fora do reino, seguindo loucamente a variedade das modas, e despendendo nelas o que não têm, para terem o que não pagam⁴⁹.

Voltando ao caso americano, devemos ter em mente que mais importante do que a descoberta do ouro nos sertões brasileiros foi a forma social e de produção utilizada para a extração do metal. Esta seria a época de sedimentação do sistema Atlântico baseado na escravidão e no catolicismo. O Rio de Janeiro, assim como outras regiões do império, era subordinado à monarquia lusa que tinha como fundamento a visão de mundo baseada na escolástica católica onde o rei era a cabeça da monarquia, sem por isso ser confundido com ela, já que a sociedade seria polissidonal e corporativa. Tal visão de mundo possuía uma disciplina social própria que estaria presente nas mais distantes regiões que compunham a monarquia. Tal disciplina difundida através do catolicismo, criava uma linguagem comum à monarquia pluricontinental. Esta mesma disciplina produziria a possibilidade de subordinação às autoridades, em especial à figura real que por vezes tinha o amor confundido com a temência ao Deus cristão⁵⁰. Como dito anteriormente, a cidade do Rio de Janeiro tornar-se-ia polo central e estratégico das grandes questões geopolíticas da monarquia portuguesa.

⁴⁸ SILVA, Abílio Diniz (Ed.). Op. Cit. 205 p.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. Op. Cit. 14-17 pp.

Durante a Restauração, ao ser informado da aclamação de D. João IV, Salvador de Sá, ocupou-se de referir a Lisboa a adesão do Rio de Janeiro e das capitanias abaixo de si à nova dinastia, regressando a Portugal para jurar lealdade ao novo rei aclamado. Seria neste sentido criado o Conselho Ultramarino em 1642, dedicado a aconselhar o monarca sobre a política colonial. Mais tarde, durante a Guerra dos Trinta Anos, D. João IV passaria a apresentar ao Conselho uma série de projetos para o alargamento de sua influência e para o firmamento de sua família e aliados em território fluminense. O Rio converter-se-ia em um dos pólos irradiadores de vassalagem e de fidelidade ao novo rei, servindo à política ultramarina de salvar as partes distantes e ameaçadas do império, reconquistando a soberania do rei de Portugal⁵¹.

Ao longo do século XVIII, o porto fluminense uniria diversas praças da monarquia portuguesa: Porto, Lisboa, Luanda, Salvador e assim por diante. Gradualmente, os representantes destas redes tornar-se-iam senhores de contratos régios dos financiamentos e do tráfico de escravizados. Alguns destes negociantes retornariam a Portugal, contudo, outros montariam famílias no Rio de Janeiro, constituindo a sua comunidade de mercadores residentes. A cidade tornava-se mais cosmopolita com empreendedores vindos do Atlântico que começavam a tomar espaço na Câmara e na administração da cidade, antes controladas pela velha “nobreza da terra”. O fato é que a América lusa sofreria nos Setecentos uma série de transformações sociais e econômicas, mudanças essas que se identificaram com a edificação do sistema do Atlântico-Sul⁵². O que estava em jogo era o bom governo das conquistas e a manutenção da soberania imperial de Portugal. Desta forma, a conservação dos territórios e dos vassalos coloniais seriam a base para as decisões régias relativas ao ultramar. Bicalho afirma que, embora não haja notícia de um alvará régio que tivesse elevado o Brasil à condição de vice-reinado, a atribuição do título de vice-rei para os nomeados ao seu governo, a partir de 1720, demonstraria uma notável mudança no perfil dos indivíduos que passariam a ocupar o cargo, grande maioria vinda do interior da nobreza titulada. Isto também significaria o reconhecimento da importância econômica e política que o Brasil conquistara até então. Finalmente, a transferência da capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro viria a corroborar o caráter central de tal cidade e de seus governantes. Já em 1808, em fuga dos invasores franceses e em uma inesperada inversão do tabuleiro, o Rio de Janeiro se tornaria a

⁵¹ BICALHO, Maria F. Op. Cit. 06-08 pp.

⁵² GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. Op. Cit. 18-42 pp.

sede da corte e capital da monarquia portuguesa, dando novos sentidos e elementos à sua “capitalidade”. Com isto, o plano que d. Luís da Cunha tinha como visionário e talvez demasiado ousado, tornava-se realidade⁵³.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Páginas dispersas: estudos de história moderna de Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995. 259p.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana: da visão de D. Luís da Cunha à sede do vice-reinado (1736-1763)*. História (São Paulo), v. 30, n. 1, enero-junio, 2011. p. 37-55.

BICALHO, Maria F. *O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa*. URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade, 1, 2013. p. 1-20.

CLUNY, Isabel. *D. Luís da Cunha e a. Ideia de Diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. 247 p.

CUNHA, Dom Luís da. *Carta de Dom Luís da Cunha*. Coleção dos documentos estatutos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza – Tomo 3 (1723), Universidad Complutense de Madrid. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/009305114>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. *Governadores e capitães-mores do império atlântica português nos séculos XVII e XVIII*. In: CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. *Optima Pars – Elite Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 191-252.

FERNANDEZ, Juan Marchena. “*De Espanha, nem bom vento nem bom casamento*”. *La guerra como determinante de las difíciles relaciones entre las dos Coronas Ibéricas en la Península y en América. 1640-1808*. Lisboa: Anais de História de Além-Mar. v. X, 2009. p. 29-111.

FRAGOSO, João L. R. *Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos*. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (Orgs.). *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS/ Universidade de Lisboa, 2005. p. 133-169.

⁵³ BICALHO, Maria F. Op. Cit. 12-18 pp.

GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. *Notas sobre transformações e a consolidação do sistema econômico do Atlântico luso no século XVIII*. In: GOUVEA, Maria de Fátima; FRAGOSO, José Ribeiro. *O Brasil Colonial – Volume 3 (1720-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 9-57.

LIMA, Luís Filipe Silvério. *Entre o Quinto Império e a Monarquia Universal: concepções proféticas de poder para o Reino e para o Ultramar*. In: L. M. Souza; J. F. Furtado; M. F. Bicalho (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009. 560 p.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O projecto de D. Luís da Cunha para o império português*. Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p. 653-659.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: História e Historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002. 368 p.

MENEZES, Avelino de Freitas de. A Contextura Económica. In: MENEZES, Avelino de Freitas de. (coord.) *Nova História de Portugal Volume VII - Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. p. 213-223.

MENEZES, Avelino de Freitas de. A Produção. In: MENEZES, Avelino de Freitas de. (coord.) *Nova História de Portugal Volume VII - Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. p. 226-276.

OLIVEIRA, Ricardo de. As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII. Universidade Federal de Minas Gerais: *Varia Historia*. v. 26, n. 43, junio, 2010. p. 109-129.

OLIVEIRA, Ricardo de. Política, Diplomacia e o Império colonial português na primeira metade do século XVIII. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 36, 2002. p. 251-278.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. *A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente. Séculos XVI-XIX*. Topoi, Rio de Janeiro, set. 2001. p. 9-40.

SALVINO, Romulo Valle. *D. Luís da Cunha e os correios portugueses: uma leitura de passagens das Instruções políticas e do Testamento político*. PPGHS/UnB: Em tempo de Histórias. n. 29. Ago-Dez. 2016. p. 58-77.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Fluxos e Reflexos mercantis: centros, periferias e diversidade regional. In: GOUVEA, Maria de Fátima; FRAGOSO, José Ribeiro. *O Brasil Colonial – Volume 2 (1580-1720)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 379-418.

SILVA, Abílio Diniz (Ed.). *D. Luís da Cunha. Instruções Políticas*. Lisboa: CNCDP, 2001. 473 p.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria Jose C. de. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. 359 p.